

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.973 - MG (2019/0235454-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : FRANKLIN DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : ALEX ALVES DIAS E OUTRO(S) - MG113645
AGRAVADO : MARIA FERNANDA SILVA FERRINI LUCCHESI
ADVOGADO : LÚCIA HELENA DE NORONHA TEJO E OUTRO(S) -
MG047593

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por FRANKLIN DA SILVA SANTOS em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - ACIDENTE DE TRÂNSITO - DANOS MATERIAIS - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. Os danos materiais não são presumíveis, necessitando de comprovação. Os ferimentos sofridos pelo autor em decorrência do acidente narrado nos autos, associados à angústia, temor, aflição e sentimentos similares causados pelo referido acidente, suplantam os meros aborrecimentos, configurando dano moral passível de indenização. A indenização deve ser arbitrada segundo o prudente arbítrio do julgador, sempre com moderação, observando-se as peculiaridades do caso concreto e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo que o quantum arbitrado se preste a atender ao caráter

Superior Tribunal de Justiça

punitivo da medida e de recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da vítima (e-STJ, fl. 106). Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls.).

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 117-123), os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 137-143).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 147-155), o recorrente aponta violação aos artigos 1022, inciso II, e 85, § 11 e § 14 do Código de Processo Civil, bem como sustenta a divergência jurisprudencial por considerar que a *"divergência esta, inclusive, desfiando acórdãos deste mesmo Tribunal, por considerar indubitavelmente ínfimo o valor arbitrado, a título de danos morais, estes no importe de R\$ 2.000,00"* (e-STJ, fl. 153).

Sustenta, essencialmente, que (i) *"ocorreu a negativa de prestação jurisdicional, haja vista que, em momento algum, mesmo depois de devidamente provocado pelos aclaratórios, o TJMG explicou as razões de fato e jurídicas pelas quais não estaria aplicando entendimento deste STJ no que se refere ao quantum de arbitramento a título de danos morais por acidentes automobilísticos, em que a vítima fica mais de mês sem poder laborar e ter uma vida normal no dia a dia, e nem tampouco, aplicação do Código de Processo Civil no concernente ao arbitramento de honorários, especialmente majorando-os em sede recursal e proibição de compensação"* (e-STJ, fl. 151); e (ii) *"certamente que feriu o art. 85, § 11, do NCPC, haja vista inexistência de majoração em grau recursal. No mesmo sentido, quando se fixa 20% (vinte por cento) e determina o rateio de 10% (dez por cento) para cada um, além de ferir o dispositivo informado no parágrafo anterior, deixa de aplicar o art. 85, § 14, exatamente porque compensa a verba honorária"* (e-STJ, fl. 153).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 175-180).

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

O recorrente, em suas razões recursais, alega que *"em momento algum, (...) o TJMG explicou as razões de fato e jurídicas pelas quais não estaria aplicando entendimento deste STJ no que se refere ao quantum de arbitramento a título de danos morais por acidentes automobilísticos (...), e nem tampouco, aplicação do Código de Processo Civil no concernente ao arbitramento de honorários, especialmente majorando-os em sede recursal e proibição de compensação"* (e-STJ, fl. 151).

Com efeito, em relação às alegações de que o Tribunal *a quo* não aplicou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no que concerne à fixação do dano moral e ao arbitramento dos honorários recursais, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir obscuridade ou omissão no acórdão embargado.

Constata-se da leitura do acórdão que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto pelo apelante, fundamenta sua decisão em precedentes deste Tribunal e se manifesta de forma integral e suficiente quanto aos honorários.

A controvérsia restou decidida nos seguintes termos, *in verbis*:

"No tocante ao quantum da indenização, cumpre observar a reparação do dano moral significa uma forma de compensação e nunca de reposição valorativa de uma perda, e deve ser fixada segundo o prudente arbítrio do julgador, sempre com moderação, observando-se as peculiaridades do caso concreto e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que o valor não seja tão elevado, que se constitua em fonte de enriquecimento sem causa, tampouco insignificante a ponto de não atender ao seu caráter punitivo -pedagógico.
(...)

Também nesse sentido a jurisprudência:

Superior Tribunal de Justiça

"Não há critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral. Recomendável que o arbitramento seja feito com moderação e atendendo às peculiaridades do caso concreto". (RSTJ 140/371), "Critérios de quantificação da indenização que devem atender a determinados balizamentos, que obedecem ao padrão social e cultural do ofendido, à extensão da lesão do seu direito, ao grau de intensidade do sofrimento enfrentado, às condições pessoais do devedor, ao grau de suportabilidade do encargo pelo último, sem descuidar do caráter reparatório, sempre com a preponderância do bom senso e da razoabilidade do encargo". (Ajuris 76/608).

"Na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores, e, ainda, ao porte da empresa recorrida". (RSTJ 112/216 e STJ-RF 355/201).

"A indenização deve ter conteúdo didático, de modo a coibir reincidência do causador do dano sem enriquecer injustamente a vítima. (STJ-3a T., REsp 831.584-AgRg-EDcI, Min. Gomes de Barros, j. 24.8.06, DJU 11.9.06)". (in Código Civil e legislação civil em vigor/Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme Aidar Bondioli - 30. ed. - São Paulo: Saraiva, 2011, p. 109).

"In casu", atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tenho por suficiente, tanto para reparar a dor moral sofrida pelo autor quanto para atender ao caráter punitivo -pedagógico da condenação, a fixação do quantum indenizatório no importe de R\$ 2.000,00, valor que reputo condizente com as peculiaridades do caso, ficando estabelecido que sobre tal valor incidirão juros moratórios de 1% ao mês desde a data do acidente e correção monetária a partir do arbitramento.

Com tais considerações, dou parcial provimento ao recurso, condenando a ré, também, ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos pelo autor no valor de R\$2.000,00, devidamente corrigido desde a data do arbitramento e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a data do acidente.

Em razão dos que restou decidido, condeno as partes ao pagamento das custas processuais, inclusive recursais, e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor da condenação, na proporção de 50% para cada, suspensa a exigibilidade em relação ao autor, que litiga sob os auspícios da gratuidade judiciária (e-STJ, fls. 112/114).

No acórdão dos aclaratórios observa-se que o Tribunal de origem

Superior Tribunal de Justiça

fundamentou sua decisão na premissa de que os embargos apresentados não demonstram a obscuridade e a contradição do acórdão embargado, uma vez que a decisão recorrida apreciou todas as questões relevantes ao esclarecimento do caso.

Verifica-se que o Tribunal se posicionou da seguinte forma:

"Inicialmente, cumpre salientar que os embargos de declaração têm como escopo aperfeiçoar as decisões judiciais eivadas de omissões, obscuridades ou contradições, ou, ainda, corrigir erro material, sendo defeso o seu manejo para o reexame do julgado, com modificação das conclusões que não decorram direta e inevitavelmente das questões novas trazidas com o fito de sanar o vício apontado.

Nesse sentido dispõe o art. 1.022 do NCPC:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

(...)

Examinando-se detidamente a peça recursal, observa-se que a parte embargante demonstra apenas um simples inconformismo com a decisão em si.

Sequer aponta o embargante qual o efetivo vício supostamente contido do acórdão embargado que mereceria ser sanado - se de omissão, contradição ou obscuridade" (e-STJ, fls. 141/142).

Destarte, constata-se que o Tribunal de origem, ao apreciar o recurso interposto, demonstrou de forma clara que a controvérsia foi examinada, ainda que em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente. Assim sendo, a questão fora apreciada, não havendo de se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Em relação aos honorários, o recorrente afirma: *"certamente feriu o art. 85, § 11, do NCPC, haja vista inexistência de majoração em grau recursal. No mesmo sentido, quando se fixa 20% (vinte por cento) e determina o rateio de 10% (dez por cento) para cada um, além de ferir o dispositivo informado no parágrafo anterior, deixa de aplicar o art. 85, § 14, exatamente porque compensa a verba honorária" (e-STJ, fl. 153).*

Nesse sentido, a Terceira Turma estabeleceu os requisitos para

majoração dos honorários recursais:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR O VÍCIO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS.

1 - Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

1. Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC";

2. o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente;

3. a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso;

4. não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido;

5. não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo;

6. não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba.

(...) (grifo nosso) (EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 08/05/2017).

Na hipótese, verifica-se que houve o provimento parcial do recurso de apelação e redimensionamento dos honorários advocatícios já previstos na origem, não sendo, assim, caso de majoração.

Ademais, constata-se que a alegação da parte de que houve compensação

Superior Tribunal de Justiça

dos honorários não procede. O Tribunal de origem, ao decidir o recurso, não fez tal ressalva, *in verbis*:

"Com tais considerações, dou parcial provimento ao recurso, condenando a ré, também, ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos pelo autor no valor de R\$2.000,00, devidamente corrigido desde a data do arbitramento e acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a data do acidente.

Em razão dos que restou decidido, condeno as partes ao pagamento das custas processuais, inclusive recursais, e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor da condenação, na proporção de 50% para cada, suspensa a exigibilidade em relação ao autor, que litiga sob os auspícios da gratuidade judiciária" (e-STJ, fl. 114).

Destarte, não merece prosperar o reclamo.

Com relação ao alegado dissídio jurisprudencial, este não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial, nesse passo, deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

No caso concreto, é incabível a alegação de divergência jurisprudencial sobre danos morais, já que os elementos fáticos e subjetivos do acórdão recorrido e dos acórdãos paradigmas são distintos, a afastar o requisito da similitude fática necessário ao conhecimento do especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. AGRAVO DESPROVIDO.

2. É firme neste Tribunal o entendimento de que é inviável a apreciação de divergência jurisprudencial quanto ao valor fixado a título de danos morais, porquanto, ainda que haja semelhança em relação a alguns aspectos dos acórdãos confrontados, cada qual apresenta peculiaridades específicas e contornos fáticos próprios considerados pela instância ordinária ao arbitrar o valor da indenização.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno desprovido (**grifo nosso**) (AgInt no AREsp 1391489/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 26/09/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

